

V ENCONTRO NACIONAL DE NEGROS E NEGRAS DO PT

NOVOS PROBLEMAS E MAIORES EXIGÊNCIAS PARA O COMBATE AO RACISMO AGOSTO DE 1.997

I-INTRODUÇÃO:

“Com a comemoração do Tricentenário da Imortalidade de Zumbi dos Palmares, destacou-se um vigoroso ingresso da temática racial no espaço público brasileiro. Nunca se discutiu tanto a questão racial, dia-à-dia, a mídia divulgou pesquisas, denúncias, reportagens e eventos, atestando o poder transformador da militância anti-racista.

A despeito do isolamento político a que historicamente foi submetida, a luta anti-racista se mostrou capaz de forçar o reconhecimento público da raça como elemento diferencial de direitos à cidadania”.

IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT 300 anos de Zumbi e perspectivas 96.

O texto acima, parte do relatório do nosso último Encontro Nacional, realizado no período de 26 a 28 de janeiro de 1996, espelha bem o momento em que SNCR foi criada no Partido dos Trabalhadores.

Além de representar um marco no debate partidário acerca da questão racial, seu surgimento integra todo esforço do movimento negro brasileiro de reorientação de sua estratégia de intervenção frente a uma nova realidade onde conseguimos desnudar o mito da democracia racial e concluímos um longo ciclo de lutas de várias gerações de militantes, negras e negros, cujas principais marcas foram: o resgate e valorização de nossa identidade e do histórico de luta e resistência de um povo; a denúncia e o protesto contra o racismo e de sua utilização, pelas elites brancas, como um instrumento de dominação, opressão e genocídio da população não branca em nosso país.

Relendo o relatório produzido pelos debates do IV Encontro Nacional de Negras e Negros do PT, percebemos que nos dedicamos naqueles dias e em diagnosticar e avaliar essa realidade, numa conjuntura de assenso e de êxitos

da luta anti-racista pós os 300 anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares, e em detectar alguns indicadores de ação para a estruturação de nossa realidade.

Avaliamos a importância de intervenção do movimento negro contemporâneo que possibilitou conquistas importantes no plano jurídico-institucional nas últimas décadas e o fortalecimento de nossa organização em múltiplos espaços: locais de trabalho, no meio rural, nas centrais sindicais, nas escolas e universidades, nas práticas religiosas em órgãos.

Diagnosticamos com precisão o atual quadro das condições de vida da população negra onde somos a parcela da população mais diretamente atingida pelas políticas genocidas e de exclusão em curso.

Soubemos apontar o quanto as políticas de cunho neoliberal anunciadas pelo governo FHC, agravariam ainda mais essa situação e ampliariam a marginalização do povo negro.

Consequentemente, nos colocamos em alerta frente ao canto da sereia do discurso enganoso de FHC em relação a questão racial, que reconhecia a existência do racismo em nosso país e acenava com algumas iniciativas como a criação do Grupo de Trabalho Interministerial - GTI, em resposta a exitosa Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida, de 20 de novembro de 1995.

Discursos e iniciativas que conseguiram atrair históricos e importantes militantes do movimento negro, inclusive militantes e fundadores do PT, que acreditavam e acreditam em que um governo abertamente neoliberal pode dar um tratamento as desigualdades raciais e implementar uma nova relação do Estado brasileiro com, o racismo e a discriminação vigente.

Em contraposição a essa visão, os delegados presentes ao IV Encontro, definiram como prioridade para SNCR o combate as idéias neoliberais do governo FHC, antevendo que "os efeitos estruturais e perversos das ações deste governo ampliam os contrastes sociais e geram situações como a informalização crescente do mercado de trabalho e aumento do desemprego estrutural. Acentua-se a precarização das vidas dos menos privilegiados ou em privilégio algum, nas cidades ou no meio rural, que desarticulam os padrões sociais-culturais e acentuam a violência e o genocídio da população negra e pobre".

Em relação ao PT, todos os debates e intervenções ressaltaram o tratamento secundário à questão racial em nossas ações partidárias, a partir de uma auto-referência eurocêntrica e de uma tradição teórica economista que tenta explicar a sociedade apenas pelas suas diferenças entre classes sociais.

As definições do IV Encontro reforçaram a leitura que torna absoluta a impossibilidade de transformações estruturais da sociedade brasileira sem o tratamento devido da questão racial. A SNCR foi destinada a tarefa de convencimento das demais instâncias e da direção do nosso partido quanto ao caráter estratégico da luta anti-racista, na disputa por uma sociedade socialista e na construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo.

Essa síntese de questões apresentadas pelo IV Encontro Nacional de Negros e Negras do PT expressam um rol de definições que pautaram a intervenção da SNCR em primeira gestão.

II- UM BREVE BALANÇO DA INTERVENÇÃO DA SNCR.

ATIVIDADES REALIZADAS

Balanço da Gestão 95 / 97 da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

3º Encontro Nacional de Negras e Negros do PT, julho de 1.995

Local: Belo Horizonte / MG

Encontros Setorial Estaduais : 01 -RS

Delegados para o 10º ENPT: 0

Agosto de 1.995, criação da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

4º Encontro Nacional de Negras Negros do PT, janeiro de 1.996, eleição do 1º Secretário Nacional de Combate ao Racismo

Local: Cajamar / SP

Encontros Setorial Estaduais: 11

Exclusivo para o 4º ENNNPT

1º Corpo Dirigente da SNCR

Flávio Jorge Rodrigues da Silva- Secretário Nacional

Coletivo Nacional da Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

Membros:

Verônica Marques Rodrigues- Rio de Janeiro

Martvs Alves das Chagas- Minas Gerais

Elizabeth Viana- Rio de Janeiro

Carlos Porto- Mato Grosso do Sul

Almira Maciel- Paraná

**Samuel Vida-
Matilde Ribeiro-
Talis Fernando Rosa**

**Bahia
São Paulo
Rio Grande do Sul**

Atividades:

04 Reuniões do Coletivo Nacional, 1.996

Seminário Nacional “Mais e Melhores Empregos” com Sindicalistas Anti-Racista da CUT, em maio de 1.996, em São Paulo- 93 participantes.

Seminário Nacional “Gênero, Raça e Trabalho”, em conjunto com o Instituto Cajamar, Ildes, CUT Nacional - Comissão Ant- Racista, 80 participantes realizado em julho de 1.996.

em julho de 1.996, em Cajamar / SP

Congresso Nacional da Central de Movimentos Populares realizado em março de 1.996, em Praia Grande / SP, representantes: Martvs e Flávio

Campanha Nacional “ Faça a Coisa Certa” pelo voto racial com inserção direta em 16 Estado organizados.

BA, SP, RJ, MG, ES, PR, MS, MT, BSB, GO, PE, SE, RS, PA, CE, SC, PI.

Seminário de Combate ao Racismo, promovido pela CUT/ MG, em julho de 1.996, participação da SNCR, representada pelo companheiro Martvs

Seminário Estadual de Candidaturas Negras / SP, coord: Matilde e Flávio em junho de 1.996, no Instituto Cajamar / SP

Seminário Estadual de Candidaturas Negras / MG, coord: Martvs e Denise Pacheco em agosto de 1.996, no DR / MG

Reunião com Almir Paraca, Prefeito de Paracatu / MG - representante Martvs, em dezembro de 1.996

03 Reuniões do Coletivo Nacional 1.997

②

Reunião preparatória do Seminário Nacional de Juventude Negra, em Juiz de Fora / MG. janeiro de 1.997, Cood. Matilde e Martvs das Chagas.

2ª Reunião preparatória do Seminário Nacional de Juventude Negra, em São Paulo, março de 1.997, Coord: Flávio e Coletivo Nacional

3ª Reunião preparatória do Seminário Nacional de Juventude Negra, em São Paulo, abril de 1.997, Coord: Bola e Matilde

Seminário Nacional "Questão Racial e Políticas Públicas" em maio de 1.997, em Campo Grande / MS, Coord: Flávio, Matilde, Carlos Porto, e Elizabeth Viana. Realização Secretaria Nacional de Combate ao Racismo, Fundação Perseu Abramo, Gabinete do Deputado Ben Hur e Diretório Regional de Mato Grosso do Sul.

Seminário Nacional de Movimentos Sociais, realizado em maio de 1.997, em Belo Horizonte / MG, representante: Martvs

Reunião do Coletivo da SNCR, com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, realizada nos dias 07 e 08 de junho de 1.997, em Porto Alegre / RS "Relações Raciais na Administração de Porto Alegre"

Seminário Paralelo ao 7º Foro de São Paulo, realizado em Porto Alegre, dia 29 de julho de 1.997, 120 participantes- com o Tema "Racismo no Mundo (América Latina e Caribe) Um olhar de Solidareidade ao Continente Africano"

5º Encontro Nacional de Negras e Negros do PT.

Local: Cajamar/ SP

Encontro Setorial Estadual: 14

Secretarias criadas nos Encontros: 07

Estados contatados: 19

Total de Secretarias que irão ser referendas nos Encontros: 10

Delegados ao 11º Encontro Nacional do PT, via Setorial 02- SP / RS.

Publicações:

Faça a Coisa Certa, encarte especial para revista Teoria e Debate.

PT em Destaque: Resoluções do IV Encontro Nacional de Negras e Negros

Combate ao Racismo em Movimento: vários Artigos publicados no PT / Notícias e Linha Direta / SP

AVALIAÇÃO DESSAS ATIVIDADES

Como avaliação, destacamos nesse conjunto de atividades o seguinte:

A) O funcionamento de SNCR enquanto um coletivo. Além de conseguir reunir-se com regularidade e presença constante da maioria de seus integrantes, o coletivo conseguiu cumprir algumas orientações que balizaram sua eleição : “Não podemos permitir que a SNCR possa vir a cometer as mesmos equívocos que percebemos nas relações internas do PT, pois, as instâncias do partido, em muitas vezes, cumprem mais o papel de espaço de disputa interna do que uma estrutura funcional que tem ações e objetivos específicos a serem cumpridos, para que a máquina partidária possa funcionar como um organismo sadio. A unidade de ação deve ponderar sobre as divergências de encaminhamentos, sejam elas dentro de secretaria ou nas relações com as instâncias do Partido.” (Página 11 do relatório do IV Encontro Nacional de Negras e Negros do PT)

B) A preocupação com a formação política. Embora de uma forma ainda tímida e ineficiente diante de nossas carências de capacidade e educação política essa foi uma das principais prioridades do SNCR, através dos seminários realizados e de suas publicações;

C) A Campanha Faça a Coisa Certa foi uma decisão acertada a sua implementação pois levou os debate eleitoral, de forma organizada, com um material publicitário de boa qualidade, a importância do voto racial vinculado a proposta de políticas públicas visando a transformação da realidade das populações negras dos municípios brasileiros.

A Campanha deve ser repetida em eleições futuras. Porém, concordamos com uma avaliação sobre ela, apresentada por um documento animado por um grupo de companheiros e companheiras de Minas Gerais:

“... Em que pese ter sido uma iniciativa inusitada no interior do Partido, a Campanha Faça a Coisa Certa não deu os resultados positivos esperados,

pelo menos no que se refere ao aumento da participação negra nas disputas eleitorais. Inúmeras foram os fatores que contibuiram para a debilidade da proposta. No entanto, foram dois foram marcantes:

1) a dificuldade de compreensão da Executiva Nacional (estendidas às direções estaduais) sobre a proposta da campanha, mais devido à conjuntura de São Paulo, onde Celso Pitta disputa com Erundina, e menos por acharem que a exploração do voto étnico pudesse causar transformações de formas mais abrangentes;

2) o ineditismo da campanha trouxe também o não saber conduzi-la e/ou divulgá-la de maneira a sensibilizar os candidatos negros e negras para a proposta...”

D) A ampliação do numero de secretarias Estaduais de Combate ao Racismo. Das quatro secretarias existentes (Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco) chegamos ao 5º Encontro Nacional de Negros e Negras com a estruturas de mais sete, nos seguintes Estados: São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina.

Além disso em praticamente todos os Estados em que realizamos os Encontros Estaduais foram constituições coletivas ou algum outro tipo de organização da militância negra.

Essa nova realidade irá contribuir para a capilarização de nossa intervenção e para e nacionalizar, de fato, nossa presença no interior do Partido e na sociedade brasileira.

Infelizmente, a SNCR não conseguiu realizar o Seminário Nacional de Juventude na atual gestão. A existência de um GT Juventude e de uma proposta de Seminário já elaborada forma factível na realização no período próximo.

Apesar das dificuldades e de alguns problemas detectadas, o coletivo da atual gestão da SNCR, podemos afirmar, conseguiu solidificar um alicerce para o combate ao racismo nas demandas futuras do nossa militância.

Principais tarefas colocadas para a próxima gestão:

* aprofundar o debate em torno das relações raciais no Brasil, priorizando uma nova estratégia de luta anti-racista diante do novo quadro político-econômico-social-cultural, a nível nacional e internacional;

* aprofundar o debate, no interior do PT, quanto ao caráter estratégico da luta anti-racista, na disputa por uma sociedade socialista e na construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo;

* aprofundar o debate referente as relações raciais e políticas públicas iniciado com o seminário realizado em Campo Grande-MS, no mês de maio de 1997;

* a partir desses pontos, estabelecer um programa de ação para a intervenção da militância negra e anti-racista petista no Partido dos Trabalhadores, na sociedade e, principalmente no debate eleitoral presidencial de 1998.

III- O MOMENTO POLÍTICO

(Extraído de documento assinado por um grupo de militantes negros e negras do RS)

A política econômica mundial orienta-se cada vez mais pela visão neoliberal. O governo brasileiro de FHC, apoiado pelo capital financeiro internacional, segue à risca esta teoria execrável, concentradora e excludente. A política neoliberal fundamenta-se na propaganda da **não-intervenção do Estado no mercado, no sucateamento do patrimônio público e principalmente no fim de um Estado de bem-estar social**, ainda que precário. A estabilidade monetária desta política é mantida graças às altas taxas de juros, ao desemprego em massa e à contenção de verbas públicas destinadas à saúde, à educação, à habilitação, ao saneamento... A exclusão é o grande legado para uma parcela significativa da população brasileira, na qual os negros representam o maior contingente.

O povo negro brasileiro, dentro desse contexto, torna-se presa fácil da marginalização. É penalizada pelas diferenças de classe, que trazem em seu cerne desigualdades de oportunidades e de condições. Soma-se a isto um outro fator perverso-o racismo presente em nossa sociedade- coloca-se a serviço da política neoliberal, sendo os negros os "soldados preferidos" do exército de reserva. A questão raça tem sido usada para impedir, a uma maioria negra, o acesso ao exercício da cidadania, impondo-lhe a condição de cidadão de segunda linha.

A globalização da economia expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo. É alardeada, pelos neoliberais, como força dinamizadora do modo de produção capitalista e proporcionadora da mundialização dos mercados. Na

verdade, caracteriza-se como uma nova roupagem do velho, nefasto e cruel imperialismo, trazendo em seu interior as marcas da excludência e destruição.

O desenvolvimento tecnológico em um capitalismo globalizado agrava as tensões sociais, elimina emprego, fabrica um contingente permanente de desempregos, agudizando as desigualdades sociais. Neste cenário trágico, a xenofobia e o racismo exacerbam-se. A Europa e os Estados Unidos que se construíram às custas da rapidez de outras civilizações, atualmente “aprimoram” suas leis contra a imigração, principalmente de estrangeiros oriundos da África, das Américas Centrais e do Sul. Não se pode esquecer que estes continentes foram durante séculos alvos da exploração e domínio colonial daqueles. Os espoliados, no passado, tornam-se novamente as vítimas preferenciais do capitalismo monopolista dos países centrais. Recebem, no presente, como legado dos predadores - a miséria, a exclusão e o aviltamento. O incentivo e ou indiferença dos países desenvolvidos em relação às lutas internas no continente africano, deixam antever o desejo, mesmo não manifestado, de extermínio do continente negro.

REALIDADE BRASILEIRA

Em recente pesquisa divulgada pela ONU, a média da população brasileira ocupa o 63º (sexagésimo terceiro) lugar em qualidade de vida no mundo. Tal dado revela que o Estado brasileiro é uma nação dividida em uma pequena elite cercada de privilégios e uma massa de excluídos. Parte significativa destes excluídos é composta por pessoas totalmente despojadas de qualquer controle sobre suas próprias condições de vida, vivendo sob mais miseráveis condições.

A política neoliberal de FHC agrava mais a situação de marginalização do povo brasileiro. O sucateamento da saúde e do ensino público, a falta de programas para a habilitação popular e de uma política para implantar uma reforma agrária séria, são problemas que, associados ao crescente nível de desemprego, fecham o círculo de miséria em torno dos chamados “inempregáveis”. Este neologismo empregado por FHC para designar uma nova forma de desemprego estrutural, provocada pela tecnologia da globalização; refere-se aos trabalhadores tecnologicamente despreparados, para ocuparem os novos postos de trabalho. “Inempregáveis”, portanto, são aqueles que já constaram alguma vez no percentual que informa a população brasileira economicamente ativa.

REALIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA

Segundo estudo inédito, realizado por dois pesquisadores negros da FASE (Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional), que cruzaram a metodologia internacional para cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano com dados oficiais sobre a população negra, publicados pelo IBGE em 1990, relativos à esperança de vida, à situação educacional e ao nível de rendimentos dos habitantes, os afrodescendentes ocupam a 120º (centésima vigésima) posição, considerando a pesquisa feita pela ONU.

Esses dados servem para desmascarar, completamente a farsa da propaganda do mito da “democracia racial brasileira”, na medida em que revela a baixa qualidade de vida e o triste, cruel desumano quadro de abandono e miséria de uma parcela do povo negro deste país.

As negras e os negros brasileiros ocupam em grande parte o chamado mercado informal de trabalho. No mercado formal, desempenham as tarefas consideradas de menor qualificação. Com o avanço das políticas neoliberais, vizibiliza-se para este contingente uma realidade ainda mais perversa. Formarão uma legião de pessoas com **total inacessibilidade ao emprego**- serão estruturalmente os “**desempregáveis**”- jamais terão acesso a uma carteira de trabalho assinada.

IV-PONTOS PARA O DEBATE EM TORNO DA RELAÇÕES RACIAIS E DE UMA NOVA ESTRATEGIA DA LUTA ANTI-RACISTANO BRASIL.

1- Nas estratégias de construção da luta anti-racista em nosso país, desde a Frente Negra Brasileira até o início da década de 70, prevalece um discurso que não tem um corte de classe e a organização se dá sem essa mediação. Ou seja, a ética global do Movimento Negro que se organiza nesse período é a da luta contra o racismo através do combate a uma cultura branca dominante que não passa necessariamente pelo corte de classe e onde prevalece a valorização e reforço da cultura e identidade negra.

2- A partir dos meados de 70 com o surgimento do M.N.U. - Movimento Negro Unificado (e este é seu principal legado), o movimento negro começa a

construir a mediação de um recorte de classe na luta anti-racista, procurando estabelecer uma ponte com o movimento do período anterior. Isso ocorre através da combinação das reivindicações entendidas como políticas com as questões culturais que recebemos como herança acumulada - a leitura do racismo na sociedade brasileira com um conteúdo de dominação de raça e de classe.

3- O novo discurso do movimento negro em disputa com o pensamento conservador da luta anti-racista e com os teóricos de setores progressistas e de esquerda no Brasil é o seguinte: o racismo no Brasil é consequência do desenvolvimento capitalista brasileiro mas ele não pode ser explicado ou articulado apenas a partir do desenvolvimento capitalista em nosso país e fora dele. Para que a ação do movimento negro não seja uma ação fragmentada e apenas para si, deve ser mediada para além da contradição capital-trabalho, mas também pela contradição raça e classe (capital-raça-trabalho).

4- Compartilhando da visão de mundo de que tudo é construído e não existe uma realidade dada, entendemos esse novo discurso como uma primeira vitória do movimento negro contemporâneo, pós 70, frente as forças conservadoras da luta anti-racista e também frente as forças progressistas e de esquerda que começam a surgir com um nova roupagem no cenário político de então.

5- Começamos a partir daí, a construir uma nova correlação de forças na luta anti-racista. Correlação de forças não entendida apenas como força física-intelectual entre os "de baixo" e os "de cima", mas sim como uma nova força, em construção, de uma cultura política que faz uma outra leitura da presença e do significado do racismo em uma sociedade como a brasileira. Esse é um dado fundamental da estratégia da luta anti-racista que começamos a implementar.

6- O Movimento Negro, mesmo sem levar em consideração a importância dessa sua novidade, começa a propor aos demais movimentos e a sociedade civil, o rompimento com uma dimensão física e instrumental da política cuja principal marca é uma cultura reivindicatória, corporativa e aparelhista, não adequada a conjuntura que se abre a partir do final da ditadura. Onde começamos a combinar a democracia representativa com a democracia direta, uma exigência imposta pela abertura democrática, mesmo que lenta e gradual.

7- Nessa nova conjuntura sem aperceber-se o movimento negro age, mesmo que timidamente, a partir de uma ética onde mais importante que a ação política vista enquanto a disputa de aparelhos e por espaços públicos é a disputa por novos valores. Isso pode ser notado nas mobilizações impulsionadas pelo movimento negro e nos estudos produzidos por esse movimento, como expressão do conteúdo dado a luta anti-racista a partir de 70. Nossa proposição e nossa contribuição ao pensamento socialista mescla a busca de um novo modelo de sociedade com o de uma outra civilização, para além da eurocêntrica, que até aqui tem orientado e influenciado as vidas de brancos e não-brancos no nosso país e no mundo.

8- De nossa aproximação com as forças de esquerda temos como saldo, a partir da década de 80, e início da década de 90, principalmente com a militância de quadros e lideranças do movimento negro no Partido dos Trabalhadores, o direcionamento de lutas específicas, particulares e localizadas para as de caráter mais globalizantes. Outros parâmetros são incorporados a luta anti-racista e as nossas estratégias. Ao nosso discurso são incorporadas palavras próprias do vocabulário político de esquerda como: democracia, hegemonia, ampliação da cidadania, reformas sociais. Parâmetros que ampliam nosso horizonte de luta. Da denúncia de uma situação concreta de racismo em nosso cotidiano, passamos a uma outra combinação: a da mobilização e ação com a busca de formulação de políticas públicas transformadoras dessa situação.

Frente a essa nova realidade qual tem sido o discurso do movimento negro, principalmente o que se organiza em torno do Partido dos Trabalhadores? O Racismo não é unicamente um problema dos negros e negras brasileiros, mas sim de toda a sociedade brasileira. A partir dessa compreensão é que começamos a olhar a prática partidária como mais um caminho na luta anti-racismo.

NOVOS DESAFIOS

Se pensarmos o nosso futuro a partir da contradição raça e classe (capital-raça- trabalho), onde a necessidade do trabalho de manufatura, feito com as mãos, deixará de existir e a necessidade de uma população desinformada, sem educação, também deixarão de existir, acompanhando o pensamento dos que concluem ser o processo de globalização em curso

inevitável, poderemos tender a uma visão pessimista sobre o nosso futuro enquanto povos negros- **no futuro sera difícil encontrarmos um lugar para nós negros.**

Isso, mesmo que pensado a partir de uma visão pessimista, torna fundamental nossa negação e enfrentamento com o modelo de desenvolvimento de FHC e seu ideário neo-liberal, a todo custo tenta nos impor.

Nesse momento devemos endenter cada vez mais o racismo como a expressão da exploração e dominação de uma raça/classe, sobre a outra, para manter não mais uma outra raça/classe, apenas subordinada. E essa diferença é importante. O modelo de desenvolvimento que está sendo proposto para nós ainda é mais cruel: nele a população negra passa de excluída para totalmente descartável!

Os desafios colocados para a geração de militantes da qual fazemos parte são ainda maiores. Para nossa geração, o que motiva a nossa luta e o que pode manter viva a nossa utopia é o legado de liberdade que poderemos deixar para nossos filhos. Para nós, negros e negras, a utopia socialista permanece central na definição de nossa estratégias.

Ou seja, a tarefa a que nossos pais se propuseram- permitir a nós o acesso a leitura e a escrita, ao conhecimento, ao trabalho e uma condição mínima de uma vida saudável- ganha uma dimensão ainda maior. Valores como os de uma consciência cidadã e dignidade de um povo, continuam sendo fundamentais na estratégia para o próximo período e fazem parte de nosso ideário socialista.

NOVOS PROBLEMAS E MAIORES EXIGENCIAS

Mesmo aqueles que enxergam o movimento negro brasileiro como um ajuntamento de militantes marcados pela diversidade e fragmentação, começam a perceber que esse movimento introduziu no debate em torno do significado do direito e da cidadania em uma sociedade democrática, questões importantes.

Comprendemos o direito e a cidadania não apenas como justiça social mas sim como o anseio de uma população que é a metade de um país e que deseja se tornar visível e fazer parte de uma sociedade que se organiza e que projeta um horizonte mais justo, sem discriminação de raça, classe, sexo e

outras formas de dominação, a partir do resgate histórico de um embrião de uma sociedade socialista sonhada por Palmares e seus Quilombolas.

A necessidade de cidadania em terras brasileiras é um debate público e participamos dele não apenas fisicamente mas como sujeitos legitimados pelo questionamento permanente perversa trajetória da construção da cidadania em nosso país- a cidadania inconclusa- onde a população negra tem sido uma das maiores vítimas desse processo.

Uma trajetória tão perversa onde ao atingirmos patamares de uma cidadania mínima, nos sentimos indignados pela quantidade de miseráveis e excluídos apontados pelos indicadores sociais, estudos e pesquisas, que certamente não terão acesso nenhum a esta cidadania mínima conquistada.

Novos problemas e maiores exigências nos são colocadas, frente a esse novo quadro político: o embate entre os incluídos na reestruturação capitalista proposta e os excluídos dela, que cinicamente FHC chama de "inempregáveis", dá uma outra dimensão e torna mais complexo o combate ao racismo.

A) Temos que assumir como tarefa nossa a organização desses excluídos. Onde de forma desorganizada se encontra a maioria da população negra lutando pela sua sobrevivência. Carentes de valores, de informação e de cultura e de comida. Não podemos exigir deles que se organizem para lutar contra a própria exclusão. Isso é tarefa nossa!

Deixar de lado esta tarefa é aceitar a tutela do assistencialismo com que o Estado brasileiro sempre nos tratou e que hoje é reforçada através de programas como o Comunidade Solidária que retrata bem a forma como esse Estado nos vê e nos trata.

É lógico que sozinho não executaremos essa tarefa. É necessário uma articulação com partidos, sindicatos, movimentos, governos democráticos e populares. Daí a importância de nossa organização no interior do Partido dos Trabalhadores.

B) Temos que passar a pensar a nossa luta não apenas a partir da via institucional, conquistas materiais e ocupação de espaços públicos, tão valorizados pelo movimento negro conservador.

Não podemos negar a importância dessas questões mas acreditar e apostar unicamente nelas é acreditar na possibilidade de um capitalismo que nos exclui, que não nos quer, como um caminho para a resolução de nossos problemas. A mobilização, a disputa da hegemonia política e a construção de

um projeto alternativo ao neo-liberalismo, deve ser o centro de nossas preocupações.

A SNCR, nesse contexto cabe implementar o debate em torno dessas questões.

O que acumulamos nessa primeira gestão nos coloca em condição de realizá-lo e de contribuirmos para o avanço do combate ao racismo em nosso país.

Entretanto, esse debate não pode ser realizado de forma isolada, contemplando apenas a militância negra. Deve ser assumido pelo conjunto da militância e por todas as instâncias do PT.

Para torná-lo concreta, a próxima gestão da SNCR deve retornar uma das propostas de ação já aprovada em nosso IV Encontro. É propor a convocação de um Encontro Democrático Nacional sobre a Questão Racial, onde seja definida a estratégia de luta anti-racista do Partido dos Trabalhadores.

V- RELAÇÕES RACIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Iniciamos esse debate com o Seminário Nacional de relações Raciais e Políticas Públicas, realizando no período de 09 a 11 de Maio de 1.997, na cidade de Campo Grande-MS.

Esse seminário conseguiu estabelecer um diagnóstico quanto ao Estado brasileiro ter sido fundado tendo como um objetivo, entre outros, manter as desigualdades raciais no país. Concluiu que diante dessa realidade é necessário uma intervenção ativa do Estado, cuidando de aspectos fundamentais para a sociedade, inclusive de políticas destinadas a gentes específicas como mulheres, negras, portadoras de deficiência e os indígenas.

Introduzo o debate em torno da adoção política de ação afirmativa com o objetivo de implementar políticas de formação de igualdade e garantir a igualdade de oportunidades, em específico para a população negra brasileira. Essa sugestão é polêmica entre nós e como não conseguiremos aprofundar a discussão sobre o tema nesse Encontro, a próxima gestão de SNCR deve criar formas e mecanismos que encaminham este debate e uma decisão em torno da questão já que políticas de ação afirmativa estão presentes em muitos dos projetos de nossos parlamentares e nas ações de nossos governos.

O seminário de Campo Grande indicou, também, as seguintes ações:

- * viabilizar uma publicação com os conteúdos do seminário;
- * pautar o debate sobre relações raciais e políticas públicas, em conjunto com a secretaria Nacional de Assuntos Institucionais - SNAI, com os nossos governos e parlamentares;
- * articular em conjunto com nossa bancada de parlamentares no congresso Nacional, a realização em 1997, de um seminário sobre o tema, dirigido ao conjunto de parlamentares de nosso Partido, preocupado com a questão anti-racista.
- * implementar a constituição de um Banco de Dados com os projetos de nossos parlamentares e ações de nossos governos municipais e estaduais, conteúdo políticas de combate ao racismo, de formação de igualdade e garantia de oportunidades para a população negra.

Durante a reunião do coletivo de SNCR realizada em Porto Alegre, nos meses de junho de 1997, acertamos com a prefeitura local a realização de um seminário sobre o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para gênero e raça nas administrações democráticas e populares. Uma primeira proposta foi formulada pela SNCR e a coordenação de Direitos Humanos e Cidadania - CDHC. Prefeitura de Porto Alegre /RS e a sugestão é que o seminário seja realizado no mês de novembro desse ano ou no primeiro trimestre de 1998.

AS ELEIÇÕES DE 1998

Para o próximo ano estão agendadas as eleições para Deputados Estaduais e Federais, Senadores, Governos de Estados e Presidente da República.

Partindo do que já acumulamos em anos anteriores, principalmente no Programa de Governo apresentado aos debates eleitorais na última disputa presidencial pelo companheiro Lula, que continha o item "Cidadania dos Negros", a SNCR deve começar de imediato a preparar a nossa participação no projeto eleitoral de 1998.

Já na primeira reunião do próximo coletivo, se possível com a participação dos secretários Estaduais de Combate ao Racismo, deve planejar essa participação.

12

É necessário a constituição de GT Eleições, com ramificação nos Estados, que auxilia a SNCR na formulação de uma primeira proposta de Governo, a ser debatida, de uma forma ampla e democrática, pelo conjunto de nossa militância.

VI-AMPLIAR AS NOSSA RELAÇÕES INTERNACIONAIS

No IV Encontro aprovamos a necessidade, em conjunto com a secretaria Nacional de Relações Internacionais, mantermos relações internacionais com partidos e movimentos raciais de países de maioria negra.

Através de nossa participação no recente 7º Encontro de Foro de São Paulo (uma articulação que congrega Partidos e Movimentos Sociais da América Latina e do Caribe), realizada na cidade de Porto Alegre, percebemos que esse Foro é um espaço privilegiado para ampliação de nossas relações internacionais.

Essas foram as propostas de resoluções que apresentamos em Plenário aos participantes do referido Encontro e que devem estar na pauta dos plnos de nossa secretaria.

A- O COMBATE AO RACISMO E A APROMOÇÃO DA CIDADANIA ÀS POPULAÇÕES NEGRAS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

O 7º Foro de São Paulo aconteceu no momento em que a implementação de políticas neoliberais, em várias partes do mundo, traz como consequência a ampliação do racismo, da exclusão e marginalização das populações negras e mestiças.

Neste contexto, ao falarmos de racismo e discriminação racial na América Latina e Caribe, falamos de formas e de instrumentos de dominação e de controle social que tem como objetivo negar e anular o exercício dos direitos humanos, da cidadania e das liberdades fundamentais nas esferas políticas, econômicas, sociais, culturais...para milhares de pessoas desta parte do mundo.

Aqui, a eliminação ou inexistência de sistemas de produção, a flexibilização dos direitos dos trabalhadores, o desmonte das políticas sociais, a miséria e a fome, a brutal violência nas suas mais variadas dimensões, atingem principalmente as mulheres e os jovens, em meio às privatizações de setores

estratégicos e ao aumento vertiginoso do desemprego estrutural, lançam as populações pobres, em alguns de nossos países, a exemplo do Brasil e do Haiti, majoritariamente negras e mestiças, à drástica, terrível e nefasta condição de excedente populacional descartável.

Diante desse cenário propomos ao 7º Foro de São Paulo o seguinte:

A) que nos debates, nos conteúdos dos Programas e Plataformas de Ação dos Partidos e Movimentos Sociais sejam assumidos que os países da América Latina e do Caribe são constituídos por população multirraciais e multiculturais, onde o racismo é uma das causas fundamentais que impede o desenvolvimento sustentável das populações negras e mestiças;

B) que as definições do Foro de São Paulo considerem a absoluta impossibilidade de transformações estruturais de nossos países, sem o devido tratamento da questão racial e do caráter estratégico do combate ao racismo na disputa por uma sociedade nova e na construção de um projeto alternativo ao neoliberalismo, propondo para o novo milênio que se aproxima um horizonte mais justo, sem discriminação de raça, classe, sexo e outras formas de dominação.

C) que em contraposição ao neoliberalismo que aponta como perspectiva para os problemas sociais, única e exclusivamente a saída individual, seja reforçada a necessidade de uma atuação coletiva, de saídas de caráter social para eliminação de toda as formas de racismo, xenofobia e manifestações de intolerância.

Nesse sentido, ao Foro de São Paulo cabe criar e fortalecer ações e mecanismos necessários para erradicar essas práticas e garantir os direitos de homens e mulheres (negros, índios e mestiços) de serem tratados na América Latina, no Caribe e em todo o mundo, com dignidade e como seres humanos que tem o direito a serem felizes.

Para concretizarmos esse anseio, propomos ao 7º Foro de São Paulo a criação no seu interior de uma Coordenação de Partidos e Movimentos Sociais para o combate ao Racismo.

B- A SOLIDARIEDADE AO CONTINENTE AFRICANO

Saindo de uma realidade onde, nos últimos dois anos, morreram cerca de meio milhão de pessoas de doenças pulmonares, sem contabilizarmos um enorme número de mortes africanos apresentam indicadores de mudança na difícil situação de continente africano nas últimas décadas.

O final do Apartheid Sul Africano e de longas ditaduras, com a queda de desastrosos ditadores como Idi Amin. Bokassa e recentemente de Mobutu no antigo Zaire e agora República Democrática do Congo, aliados ao novo papel que a África do Sul, através do Governo de Nelson Mandela, está se propondo a cumprir na busca de governabilidade e desenvolvimento para o Continente Africano, são indicadores de que estão ocorrendo significativas alterações na vida política econômica dessa região.

Em paralelo, a imprensa internacional, principalmente das potências coloniais e imperialistas de países, que por longos anos dominaram a África Negra ou apoiaram as ditaduras que dilapidaram e enfraqueceram qualquer perspectiva de desenvolvimento dos países africanos, retoma a histórica campanha propagandística de que a "África deixada por si só, não tem jeito". Tentam ocultar e desqualificar as mudanças que lá estão ocorrendo.

Um dos objetivos do Foro de São Paulo é estabelecer uma Nova Ordem Econômica Internacional, criando espaços de concertação e coordenação dos países da América Latina e do Caribe com outras áreas do mundo, em busca de interesses comuns. É com essa perspectiva que chamamos os Partidos e Movimentos Sociais que compõem o Foro de São Paulo, para que, através de um novo olhar para a África, estabeleçam laços para uma política ativa de apoio e solidariedade Internacional à reconstrução do Continente Africano.

Além de viabilizar o encaminhamento dessas resoluções, a SNCR deve planejar uma atividade de caráter internacional, juntamente com outras instancias do PT (Secretaria de Relações Internacionais, Secretaria de Formação Política e Fundação) para aprofundarmos o debate sobre as relações raciais para além da América Latina e do Caribe, visando a globalização do Combate ao Racismo junto aos Partidos e Movimentos Sociais voltados a luta anti-racista.